



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2016 – DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DE
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2016**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 10h00, reuniram-se vereadores, servidores e público para demonstração e avaliação das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2016. Estiveram presentes para conduzir a audiência e apresentar os dados o vereador pertencente à comissão de Finanças e Orçamento Vanderlei Francisco de Oliveira, Paulo Henrique Areias Horácio como convidado, o controlador da Câmara Roberto Cabral Fiúza e o Diretor da Secretaria de finanças Luiz Carlos Moreira. O Vereador Vanderlei iniciou a audiência fazendo a leitura do edital de audiência pública 02/2016. Em seguida chamou o controlador interno para apresentar os dados. Após a apresentação das metas em questão, abriu-se espaço para questionamentos, não havendo nenhuma dúvida o Vereador convida o diretor geral da Secretaria de Finanças para prestação de contas do executivo. Após a apresentação abriu-se espaço para questionamentos. O Vereador Paulo Horácio questiona sobre um decreto da Prefeitura que estima um corte de quatorze por cento das suas despesas seguindo a orientação do Tribunal de Contas, ele pergunta que tipo de cortes é possível a administração efetuar e de que forma a Câmara pode colaborar com isso. Ele faz um pedido formalmente para que o Presidente da Casa faça a avaliação do excedente não utilizado da sobra orçamentária e que devolva para o executivo o mais breve possível. O senhor Luiz Carlos responde em questão ao decreto que uma das recomendações do Tribunal de Contas é justamente a questão de adequar o cronograma de desembolso que o município tem a uma realidade de acordo com a receita, e que eles fecharam a receita do primeiro bimestre do ano 2016 e a receita mostrou quatorze por cento abaixo do que tinham orçado e a função do decreto é justamente fazer a contenção dessa diferença orçamentária para evitar que no final do ano tenha se



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

gastado mais do que arrecada. Com relação a contenção de despesas, o novo secretário de Governo está iniciando uma revisão para saber quais gastos serão cortados. Em seguida o vereador Paulo comenta sobre um Projeto de Lei que o executivo encaminhou para o legislativo que trata da possibilidade do parcelamento do ITBI, ele se compromete a trazer este projeto para discussão no Plenário para que a Câmara aprove e a Prefeitura avalie os riscos, comentou também sobre um outro projeto que ainda não está na Câmara que trata da outorga onerosa do potencial construtivo, ele pede celeridade neste projeto para que a Câmara possa aprovar. Logo após o Secretário Sidnei esclarece que ante a situação financeira do município seria necessário uma iniciar uma conversa com todos, inclusive a classe política dos vereadores para repensar a receita de Araucária porque o município ao longo de sua história abriu mão de muitas receitas que hoje está fazendo falta, comenta também sobre o decreto e suas restrições e sobre os gastos que serão cortados, que infelizmente poderão ser da saúde e educação. Na sequencia Valdiclei, do jornal O Popular, questionou sobre alguns valores negativos, o diretor geral Luiz Carlos sana sua dúvida dizendo que os valores são referentes da dívida pública do município, e que quanto maior o valor negativo significa que estão gastando menos com endividamento do que estava previsto, Valdiclei também pergunta se existe uma previsão de gastos e de quanto será arrecadado para saber se há uma estimativa de rombo no orçamento e quais as ações para tentar diminui-lo, Luiz Carlos responde dizendo que já havia um déficit no início do ano de 2016 pelo fato de terem gasto nos anos anteriores mais do que arrecadaram e informou os valores previstos de arrecadação e gasto para o ano. Posteriormente Sandro, economista do Dieese se apresenta e questiona sobre a expectativa da receita para 2016 e o que está sendo efetivado, Luiz Carlos responde que a principal arrecadação do município vem do ICMS e que estavam com expectativa de arrecadar um crescimento de 19% e que a arrecadação tem sido algo abaixo de 10%. Logo após Valdiclei questiona sobre a previsão que a Secretaria de Finanças do



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Estado publica anualmente, se ela previa o incremento desses 19% ou a Prefeitura ficou muito otimista com relação a esses números, Luiz Carlos esclarece que o orçamento foi elaborado em junho e julho que foi antes de sair o índice da SEFA, e que eles se basearam em um histórico do período de cinco anos que era sempre acima de 10% da previsão da SEFA. Logo após o vereador Paulo comenta sobre uma situação que ele se posicionou desde 2013 no que se refere a notificação do Tribunal de Contas e do Ministério Público com relação a omissão da Petrobrás de não ter realizado o estudo de impacto da sua obra de ampliação e que isso gerou para a Petrobrás uma notificação como omissa e que devido a sua crise histórica o município foi procurado por diretores da empresa buscando a regularização desta omissão, ele pede que a sociedade, o Ministério Público, a Associação de Contadores, a Associação Comercial, a Paróquia, e todas as entidades manifestantes para que se organizem e acompanhem este cenário para que a Petrobras regularize essa situação e que compense o município do estrago feito na cidade. Nada mais foi tratado e/ou discutido, a audiência foi encerrada e a presente ata segue assinada pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Ver. Vanderlei Francisco de Oliveira
Presidente – CFO